

ANEXO II

ROTEIRO: Regimento Escolar para a Escola de Educação Infantil

Observação: As questões relacionadas em cada item devem servir como problematização para a construção do texto.

1 – DA ESCOLA

1.1 – Filosofia da escola

1.1.1 Concepção de ser humano e sociedade

Como a Escola entende o ser humano enquanto membro de uma sociedade – ser humano criança, criança-cidadã, crítica, criativa, com capacidade de... Sociedade justa, democrática, com princípios de... Sem discriminação de qualquer natureza... Inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais – NEEs e/ou deficiências.

1.1.2 Concepção de infância

Como a Escola compreende a infância, suas necessidades, as interações, os referenciais, ...

1.1.3 Concepção de cuidar e educar

Como cuidar e educar essa infância de modo a contribuir na construção do ser humano e da sociedade...

1.1.4 Concepção de escola

Como organizar os tempos e os espaços escolares de modo a facilitar as interações e vivências qualificadas entre educadores, entre crianças, entre crianças e educadores...

1.1.5 Concepção de Projeto Político-Pedagógico

Documento que identifica a escola e o lugar que a mesma ocupa no contexto social e cultural, por meio do qual define sua tarefa, seleciona os meios para realizá-la e os mecanismos para avaliar os resultados. O PPP contém, na sua essência, uma descrição da sua comunidade através da análise da realidade em que a escola se insere, uma opção filosófica e pedagógica consequente, a fixação de metas concretas e a seleção de princípios metodológicos de trabalho capaz de conduzir à consecução dessas metas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e com a filosofia da escola.

- Quem a elabora: cabe a instituição promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na sua elaboração, implementação e avaliação, visando garantir a consolidação e o aperfeiçoamento da gestão democrática;

- Quem a aprova: a mantenedora.

- Quem acompanha e avalia.



1.2 – Fins da Educação Infantil

Fins em consonância com o artigo 29 da Lei 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

1.3 – Objetivos da Escola

Objetivos em consonância com o artigo 30 da LDB.

2 – CURRÍCULO

2.1 – Concepção de currículo para Educação Infantil

Apresentar uma síntese de concepção de currículo para a Educação Infantil e os elementos estruturantes apresentados no PPP, na BNCC, RCG e Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul.

2.2 – Plano Curricular da Educação Infantil

É a organização formal do currículo em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, disciplina o fazer educativo para as diferentes faixas etárias conforme consta no PPP, BNCC, RGC e Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul.

- Quem elabora?
- Quem aprova? Aprovado pela Mantenedora e enviado uma cópia ao CME/SCS.
- Quem acompanha a implementação?

2.3 – Planos de Trabalho do Professor

Elaborados a partir do Plano Curricular, contempla os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, forma de avaliação, metodologia e estratégias de ação organizada pelo professor.

- Quem elabora?
- Quem acompanha a implementação?

2.4 – Plano de Adaptação Curricular

Planejamento do trabalho pedagógico para a criança com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, incluído na classe regular, com adaptações curriculares em razão das suas potencialidades.

- Quem elabora?
- Quem acompanha a implementação?

2.5 – Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE

O planejamento do trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado – AEE deve levar em conta o Plano Curricular da classe comum onde a criança está matriculada. As alternativas pedagógicas necessárias para cada aluno, devem ser

construídas em conjunto com o professor da classe comum e coordenação pedagógica ou pedagoga da escola, com ênfase nas habilidades que devem ser trabalhadas com a criança sendo arquivado como documento na pasta da mesma.

Quem elabora? Quem acompanha a implementação?

3 – METODOLOGIA DE ENSINO

Princípios metodológicos a serem considerados na prática pedagógica que contribuem para a dinamização do currículo na Educação Infantil.

A modalidade de Educação Especial – AEE propõe a construção de uma proposta de intervenção pedagógica, com suporte em teoria que entenda o sujeito como construtor de seu conhecimento a partir da sua singularidade, utilizando ferramentas e recursos especializados, disponíveis para o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência intelectual – DI, deficiência visual – DV, deficiência auditiva – DA, transtorno global do desenvolvimento – TGD, altas habilidades/superdotação – AH/SD, assim como para seu uso em atividades pertinentes ao desenvolvimento do currículo escolar, sempre que possível e necessário, objetivando a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

4 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

4.1 – Regime Escolar

Especificar o regime de organização que a escola adota. A Educação Infantil pode organizar-se em períodos anuais, semestrais, ciclos, grupos formados por crianças da mesma idade ou de diferentes idades, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de desenvolvimento e aprendizagem assim o recomendar.

4.2 – Calendário Escolar

- O que contempla o calendário? Dias de trabalho com as crianças, creche, pré-escola, reuniões pedagógicas, reuniões com pais, formação com corpo docente, recesso, feriados e datas comemorativas oficiais.
- Quem define e quem aprova o calendário? A Escola, os pais e a Mantenedora.

4.3 – Matrícula

- O que compreende a matrícula;
- Idade de corte, ingresso de crianças durante o ano letivo, documentação exigida,
- Matrícula encaminhamento de crianças com NEEs;
- Rematrícula.

4.4 – Agrupamento das crianças

Turmas e turnos de atendimento, número de crianças por profissional conforme legislação vigente do CME/SCS.



4.5 – Avaliação

4.5.1 – Da escola e segmentos

- Como e quando a escola será avaliada?
- Quais os objetivos?
- Como será feito o registro?

4.5.2 – Da criança

- Objetivos
- Como a criança será avaliada? instrumentos utilizados (incluir as crianças com NEEs);
- Forma de registro do processo de avaliação;
- Periodicidade do registro e da divulgação dos resultados (informação aos pais e/ou responsáveis);
- Conselho de Classe.

4.6 – Acompanhamento da frequência

- Acompanhamento e registro da frequência;
- Mínimo legal de frequência na Pré-Escola;
- Comunicação aos pais e/ou responsáveis, à mantenedora e ao Conselho Tutelar sobre a infrequência na Pré-Escola/FICAI.

4.7 – Adaptação

- Concepção de adaptação e objetivos;
- Como é realizada a adaptação das crianças ingressantes;
- Como é feito o registro do acompanhamento;
- Período utilizado para a adaptação.
- Participação dos pais.

4.8 – Estudos Domiciliares (Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 e Parecer nº 01/2019 – CME/SCS)

- Para quais crianças será oferecida;
- Realização e critérios que serão utilizados;
- Participação dos pais;
- Forma de registro.

4.9 – Transferência

- Época para a realização da transferência;
- Quem pode requerer a transferência;



- Qual a documentação que a escola expede e em que prazo;
- Atestado de vaga para a pré-escola;
- Histórico Escolar.

5 – GESTÃO DA ESCOLA

5.1 – Equipe Diretiva ou Direção da Escola e/ou Coordenação

- Quem faz parte?
- Atribuições.

5.2 – Corpo Docente

- Quem faz parte? Inclui todos os profissionais que tem ação pedagógica diretamente com a criança.?
- Atribuições.

5.2.1 – Formação Continuada do Corpo Docente

Prever a formação e a participação dos professores e demais profissionais .

5.3 – Funcionários

- Quem faz parte do quadro? Serviço de limpeza, alimentação escolar e outros.
- Atribuições.

5.4 – Equipe Multiprofissional

- Profissionais que prestam serviços à escola: pedagogo e/ou especialista em educação, nutricionista, psicólogo considerando a legislação vigente do CME/SCS.
- Atribuições e formas de atendimento.

5.5 – Serviços de Apoio

Quais são os serviços que a Escola oferece, além da equipe multiprofissional? Informática, dança, natação, acompanhamento médico, odontológico e outros.

5.5.1 Sala de Recursos Multifuncionais

Objetivo do Atendimento Educacional Especializado – AEE:

Disponibilizar o atendimento educacional especializado apoiando, mediando, complementando e suplementando a escolarização de crianças com: DI; DV; DA; TGD; AH/SD, e/ou necessidades educacionais especiais, através de recursos e estratégias específicas, viabilizando, desta forma, o processo de construção do conhecimento.

Sala de Recursos Atendimento Educacional Especializado:

A Sala de Recursos oferece o atendimento educacional especializado a crianças com: DI; DV; DA; TGD; AH/SD e/ou necessidades educacionais especiais da própria escola e de escolas da região;

O AEE ofertado na Sala de Recursos é complementar ao trabalho da classe comum, na qual a criança está matriculada, pois sua aprendizagem deve acontecer nessa classe, sendo a Sala de Recursos um local de apoio didático e pedagógico à construção dessa

aprendizagem e não reforço escolar;

O atendimento ocorre de forma individualizada ou em pequenos grupos. Pode acontecer, no mínimo, uma vez por semana, com duração de 1(uma) a 2(duas) horas atendendo as necessidades da criança, apontados no encaminhamento e avaliações sistemáticas;

A Sala de Recursos deve ser frequentada em turno diferente daquele em que a criança frequenta a classe comum;

A proposta de atendimento do professor de Sala de Recursos deve ser construída a partir do Plano de Curricular da classe de origem das crianças e das suas necessidades.

5.6 – Corpo Discente

- Quem faz parte?
- Direitos e deveres.

5.7 – Pais e/ou Responsáveis

- Atribuições (considerando artigo 129, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

5.8 – Círculo de Pais e Mestres – CPM

- Qual o objetivo deste órgão na escola;
- Quais suas funções;
- Possui Estatuto próprio ou padrão.

5.9 – Histórico Escolar

- Procedimentos para expedição;
- Quando são expedidos.

5.10 – Atas de Resultados Finais

- Procedimentos para expedição;
- Quando são expedidas;
- Encaminhamento à mantenedora ou Conselho Municipal de Educação.

5.11 – Plano Anual da Direção

- Caracterização e abrangência;
- Elaboração;
- Aprovação;
- Acompanhamento e avaliação.

5.12 – Plano Anual da Supervisão Escolar

- Caracterização e abrangência;
- Elaboração;



- Aprovação;
- Acompanhamento e avaliação.

6 – PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA

- O que são os Princípios de Convivência;
- Como são construídos e reconstruídos;
- Como os mesmos se efetivam na Escola;
- Considerar os preceitos legais do ECA.
- Contemplar a Resolução nº 05/2010 do CME/SCS: Com relação às festividades,

apoiadas ou promovidas por este educandário fica expressamente proibida a comercialização e o consumo de bebidas com qualquer teor alcoólico, alimentos e bebidas que contenham, em sua composição química, nutrientes que sejam, comprovadamente, prejudiciais à saúde, alimentos e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos no Regimento são analisados pela escola com a participação da comunidade escolar, respeitada a legislação vigente.

